

**CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE *VERSUS* QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA: ESTUDO PARA EMPRESAS PORTUGUESAS**

Ana Catarina Rodrigues Martins

Jorge Manuel Afonso Alves

UNIAG /OBEGEF / Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia

Clara Bento Vaz

INESC TEC / Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia

Área temática: D) Contabilidade e Gestão

Palavras-chave: Certificação de qualidade, Qualidade da informação financeira,
Accruals discricionários.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE *VERSUS* QUALIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA: ESTUDO PARA EMPRESAS PORTUGUESAS

RESUMO

Com o estudo pretende-se analisar se as empresas que têm implementado um Sistema de Gestão da Qualidade e certificadas segundo a norma da International Organization for Standardization (ISO) 9001, apresentam também uma boa qualidade da informação financeira. Utiliza-se um modelo logit para testar a relação pretendida, tendo como variável dependente a variável binária relativa à certificação de qualidade e como principal variável explicativa a qualidade da informação financeira. Com base nos resultados obtidos foi possível verificar a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre certificação de qualidade das empresas e a sua qualidade da informação financeira.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o mercado tornou-se competitivo e globalizado fazendo com que a Certificação de Qualidade (CQ) se torne uma mais-valia para as organizações, uma vez que as empresas certificadas garantem uma maior segurança para os clientes e parceiros, fortalecendo-se nos mercados existentes e facilitando o processo de entrada em novos mercados. Estas empresas podem ser sujeitas a uma avaliação mais rigorosa, podendo os seus resultados ser mais monitorizados (Lopes & Saraiva, 2009).

As organizações que são certificadas, sendo alvo de um maior rigor a nível de processos administrativos e de controlo organizacional, podem também ser alvo de outras avaliações, como a qualidade da informação financeira. Esta pode ser caracterizada por toda a informação que consiste nas demonstrações financeiras que são reguladas pelas normas contabilísticas (Martins, 2007). A informação financeira tem como objetivo ser útil aos seus utilizadores, para isso as empresas têm de apresentar resultados contabilísticos de forma clara, transparente e credível (Martins, 2007).

Este estudo foi elaborado com o intuito de testar a expectável relação positiva entre a existência de CQ de uma empresa e a Qualidade da sua Informação Financeira (QIF). Para o efeito, foi necessário, por um lado, conhecer quais as empresas que possuem a certificação de Sistemas de Gestão de Qualidade (SGQ), segundo a norma ISO 9001 e, por outro lado, foi essencial avaliar a QIF das empresas.

A QIF pode ser analisada de diversas formas, uma delas é através dos *accruals*, estes resultam da utilização do pressuposto do acréscimo e do princípio da correlação entre rendimentos e gastos. Os *accruals* podem ser divididos em duas componentes: os *accruals* normais ou não discricionários que são obtidos através dos valores ajustados a um determinado modelo, e os *accruals* anormais ou discricionários que dizem respeito aos resíduos desse modelo (Carmo, 2013).

O presente estudo segue com um enquadramento teórico, onde vão ser apresentados temáticas como o conceito de qualidade, as normas da série ISO 9000, o conceito de QIF, a flexibilidade das normas contabilísticas e de que modo esta flexibilidade permite a manipulação de resultados reportados pelas empresas e quais as formas usadas para analisar esta manipulação, entre elas, os *accruals* discricionários através do modelo de Jones (1991) e a relação entre a CQ e a QIF, seguindo-se a apresentação da metodologia, resultados e posteriores conclusões.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Certificação de Qualidade

Atualmente as empresas estão em constante mudança, isso faz com que tenham de criar soluções para se manterem no mercado competitivo e conseguirem evoluir. Uma das formas que as empresas têm procurado para serem eficazes no cumprimento destes objetivos tem sido a implantação de um SGQ, através da certificação de acordo com as normas da série ISO 9000 (Ribeiro, 2007).

O conceito de qualidade evoluiu ao longo do século XX sendo alvo de um processo gradual, inicialmente associado a um produto em si e, seguidamente, tornando-se cada vez mais amplo à medida que se alargou à prestação de serviços e houve um aumento da oferta em praticamente todos os setores. Distinguem-se quatro fases distintas na evolução do conceito da qualidade que são: inspeção da qualidade, controlo da qualidade, garantia da qualidade e gestão da qualidade total (Santos, 2004).

Atualmente vigora o conceito preconizado pela norma ISO 9001, em que a qualidade é definida como sendo o grau de satisfação com que um conjunto de características referentes a um produto, sistema ou processo satisfazem os requisitos das partes interessadas nas empresas, tais como, os clientes, colaboradores, proprietários, fornecedores e sociedade (Ribeiro, 2007). Segundo a ISO (2015), a qualidade é definida como o conjunto de propriedades e características de um produto ou serviço que lhe confere aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas do cliente/consumidor.

A qualidade é sinónimo de estratégia e foca-se na excelência do produto, fazendo com que seja parte integrante da cultura organizacional, conduzindo ao envolvimento constante dos seus colaboradores, que operam em equipa e, conseqüentemente, à redução de custos (Lopes & Saraiva, 2009). Os autores afirmam, ainda, que a qualidade deve ser considerada como um elemento fundamental e ser assumido como um compromisso da gestão de topo, para conseguir obter a satisfação dos seus clientes (Lopes & Saraiva, 2009).

A família ISO 9000 aborda diferentes aspetos da gestão da qualidade, onde os padrões fornecem orientações e ferramentas para as empresas garantirem que os seus produtos e serviços estão direcionados para as necessidades do cliente e a qualidade está em constante melhoria (ISO, 2015).

Segundo a ISO (2015), a família ISO 9000 inclui as seguintes normas:

- **ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade. Requisitos:** Caracteriza os requisitos que um SGQ deve obedecer sempre que uma organização tem necessidade de demonstrar a sua capacidade para fornecer produtos e serviços que satisfaçam tanto os requisitos dos clientes como dos regulamentos aplicáveis e tenham em vista o aumento da satisfação dos clientes;

- **ISO 9000:2005 – Sistemas de Gestão da Qualidade. Fundamentos e Vocabulário** - Descreve os fundamentos dos SGQ e determina a terminologia que lhes é aplicável;

- **ISO 9004:2009 – Gestão do Sucesso Sustentado de uma Organização. Uma Abordagem da Gestão pela Qualidade** - Fornece linhas de orientação para a gestão que consideram tanto a eficácia como a eficiência de um SGQ, tendo como objetivo a melhoria do desempenho da organização e a satisfação dos seus clientes e das outras partes interessadas;

- **ISO 19011:2011 – Linhas de Orientação para Auditorias a Sistemas de Gestão** - Orienta a execução de auditorias a um SGQ e a sistemas de gestão ambiental.

A norma ISO 9001:2008 assenta em oito princípios de gestão da qualidade: i) focalização do cliente; ii) liderança; iii) envolvimento das pessoas; iv) abordagem por processos; v) abordagem da gestão como um sistema; vi) melhoria contínua; vii) abordagem à tomada de decisões baseada em factos; e viii) relações mutuamente benéficas com fornecedores (e.g., ISO, 2015; Norma Portuguesa (NP) ISO 9001:2008, 2008).

De seguida desenvolvem-se cada um dos princípios de gestão de qualidade enunciados anteriormente.

- **Focalização do cliente** - Nos dias que correm são os clientes que mantêm as organizações no mercado, por isso estas devem compreender as suas necessidades atuais e futuras, cumprir os requisitos a que se propõem e esforçar-se para manter o cliente satisfeito. Também é essencial ter consciência que qualidade não é o que a organização pensa que é, mas sim aquilo que o cliente entende ou percebe (e.g., Santos, 2004; NP ISO 9000:2005, 2005).

- **Liderança** - Os seus líderes estabelecem uma definição clara da visão de futuro através dos objetivos e linhas de orientação traçadas na organização, analisam as necessidades de todas as partes interessadas, incluindo clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores e sociedade em geral. Devem incentivar a confiança e a eliminação de medo e da insegurança e criar mecanismos de motivação e reconhecimento dos esforços desenvolvidos para conseguir manter um bom ambiente interno no qual as pessoas estejam inteiramente empenhadas na prossecução dos objetivos da organização (e.g., Santos, 2004; NP ISO 9000:2005, 2005).

- **Envolvimento das pessoas** - A essência de uma organização são as pessoas, os seus colaboradores. Para as organizações conseguirem um empenho total dos seus colaboradores é necessário que estes estejam conscientes da importância da sua contribuição e do seu papel na organização, que exista partilha espontânea de conhecimentos e experiência e uma procura constante de oportunidades para reforçar os seus conhecimentos (e.g., Santos, 2004; NP ISO 9000:2005, 2005).

- **Abordagem por processos** - Segundo a NP ISO 9001:2008, 2008 a forma mais eficaz para alcançar os resultados pretendidos é assegurar que as atividades e os recursos que lhe estão associados sejam geridos como um processo (ver Figura 1).

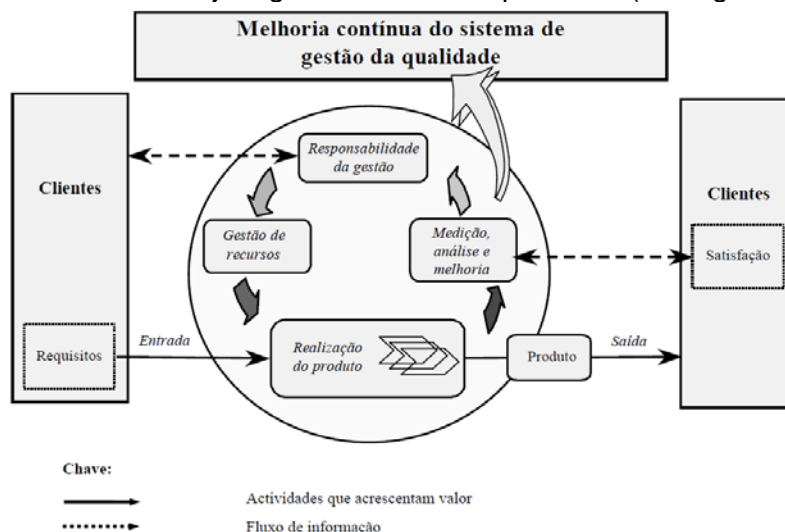


Figura 1. Modelo de um Sistema de Gestão da Qualidade Baseado em Processos

Pelo Modelo de um SGQ baseado em processos, representado pela Figura 1 pode-se observar que os clientes desempenham um papel significativo na definição dos requisitos como entradas para a organização. A monitorização da satisfação dos clientes requer que a informação relacionada com a perceção dos mesmos seja avaliada em função do grau de cumprimento entre as suas necessidades e expetativas (NP ISO 9001:2008, 2008).

- **Abordagem da gestão como um sistema** - A abordagem ao sistema de gestão tem como finalidade identificar, compreender e gerir processos inter-relacionados, contribuindo para que a organização consiga atingir os objetivos pretendidos de forma eficiente e eficaz. Para o alcance dos objetivos pretendidos é necessário que o sistema estruturado seja de fácil compreensão de papéis e responsabilidades necessárias à prossecução de objetivos comuns de forma a diminuir as barreiras funcionais, sendo importante que haja uma clara definição e hierarquização do funcionamento das atividades que constituem o sistema (e.g., Santos, 2004; NP ISO 9000:2005, 2005).

- **Melhoria contínua** - Para as empresas conseguirem aumentar a satisfação dos seus clientes através do fornecimento dos seus produtos é necessário aplicar de uma forma sistemática o método *Plan-Do-Check-Act* (PDCA) que permite a análise e resolução de problemas, o controlo de desvios e a definição de medidas corretivas. Este método constitui um referencial teórico básico para a melhoria contínua dos diversos sistemas de gestão (ver Figura 2) (Almeida, 2012).

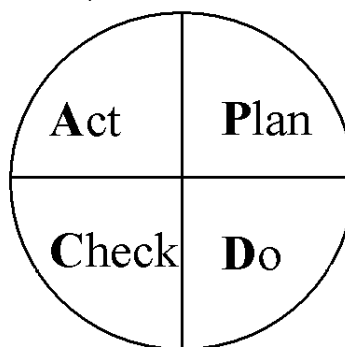


Figura 2. Método *Plan-Do-Check-Act* (PDCA)

Segundo a ISO 9001:2008 (2008) o modelo PDCA pode ser descrito da seguinte forma:

- *Plan* (Planear): Estabelecer os objetivos e os processos necessários para apresentar resultados de acordo com os requisitos do cliente e as políticas da organização;
- *Do* (Executar): Implementar os processos;
- *Check* (Verificar): Monitorizar e medir processos e produtos em comparação com políticas, objetivos e requisitos definidos e reportar os resultados;
- *Act* (Atuar): Empreender ações corretivas para melhorar continuamente o desempenho dos processos.

- **Abordagens à tomada de decisões baseada em factos** - Este princípio defende que as decisões devem ser baseadas em factos. Assim, as decisões eficazes devem ser tomadas com base na análise de dados e de informações. Para tal, é necessário garantir que os dados e as informações sejam exatos e fiáveis e analisá-los com base em métodos válidos (e.g., Santos, 2004; NP ISO 9000:2005, 2005).

- **Relações mutuamente benéficas com fornecedores** - “A organização e os seus fornecedores são interdependentes e uma relação mutuamente benéfica (WIN-WIN) reforça a capacidade de ambos para criar valor” (Santos, 2004, p. 84). Para conseguir criar esta relação mutuamente benéfica é necessário que a comunicação seja fácil, clara e aberta, ainda que exista permuta de recursos, de competências, de experiências, de informações e de planos de futuros e uma definição conjunta de estratégias de desenvolvimento, motivação, encorajamento e reconhecimento de progressos (e.g., Santos, 2004; NP ISO 9000:2005, 2005).

2.2. Qualidade da Informação Financeira

A QIF pode ser entendida como sinónimo de qualidade dos resultados, dado que os resultados são, de entre os diferentes elementos das demonstrações financeiras, aquele que maior valor informativo possui (Carmo, 2013). Assim, e segundo a mesma autora, ao avaliar a qualidade dos resultados também se pode inferir daí a QIF em geral. Por exemplo, Dechow, Ge e Schrand (2010) concluíram que as empresas com rendimentos mais elevados têm tendência a fornecer mais informações sobre as características do seu desempenho financeiro, relevantes para uma decisão mais específica dos seus utilizadores.

A informação financeira tem como objetivo ser útil aos seus utilizadores, para isso tem de apresentar resultados contabilísticos de forma clara, transparente e credível, sem erros, manipulações ou omissões (Martins, 2007).

Um dos principais aspetos da contabilidade é a transformação de dados e registos em informações úteis para que possam chegar a um maior número de utilizadores, sendo estes de fácil compreensão e analisando os aspetos sociais, ambientais, económicos e financeiros (Dalmácio & Paulo, 2004). Os autores referem, também que todas as informações fornecidas devem ser transparentes, relevantes e úteis para que possam ser transformadas em relatórios e, posteriormente, auxiliar a preparação das demonstrações financeiras.

Carmo (2013) salienta que toda a informação, quer quantitativa quer qualitativa, divulgada pelas empresas pode ser entendida como informação financeira. No entanto, esta pode-se confundir com a informação contabilística, que é baseada nos pressupostos e regras contabilísticas e divulgada através das demonstrações financeiras.

Dalmácio e Paulo (2004) consideram que existem dois tipos de utilizadores a aceder à informação contabilística, os quais podem ser internos e externos. Os utilizadores internos são aqueles que trabalham diretamente as informações contabilísticas, enquanto os utilizadores externos são aqueles que não têm acesso direto, como clientes, fornecedores e sociedade em geral.

Uma das formas mais comuns de aferir a QIF é através da auditoria financeira externa, a qual consiste na análise independente da informação financeira garantindo a

sua credibilidade (Sá, 2014). O conceito de auditoria tem evoluído nos últimos anos. Se inicialmente só existia para descobrir os erros e fraudes, agora contempla outras vertentes e assume formas mais específicas e especializadas (Costa, 2008).

Tanto as auditorias internas, como as auditorias externas devem avaliar a eficácia do controlo interno e identificar quais as áreas de maior risco que as empresas apresentam. No entanto, apesar de possuírem algumas semelhanças, estas auditorias também apresentam diferenças quer de conceitos, quer das áreas de utilização (Costa, 2008).

No ponto anterior referiu-se que a QIF pode ser entendida como sinónimo de qualidade dos resultados. Antes de se apresentarem as formas para aferir a qualidade dos resultados e que se podem assumir como *proxies* da QIF, convém mencionar que essas formas se desenvolveram dada a perceção existente de que as empresas e os seus gestores, motivadas por diversas e diferentes razões, tendem a gerir ou manipular os resultados divulgados. Esta ideia é sustentada pelo facto de a manipulação dos resultados - *earnings management* na expressão inglesa- ter vindo a ser amplamente discutida na literatura nos últimos anos, pois a flexibilidade das normas contabilísticas permite que os gestores das empresas adotem critérios para manipular os resultados da informação contabilística de forma a obterem benefícios para as empresas ou para si próprios (e.g., Carmo, Moreira & Miranda, 2010; Chalaye, 1994; Cunha, 2013; Lyra & Moreira, 2001; Mendes & Rodrigues, 2006).

A manipulação de resultados pode ser definida como uma intervenção do gestor na informação financeira, com o objetivo de obter uma determinada vantagem. Os gestores podem fazer estas intervenções na informação financeira dentro das oportunidades oferecidas pelo sistema contabilístico, através da seleção de diversos métodos (Schipper, 1989). Por sua vez, Healy e Wahlen (1999) definem a manipulação dos resultados como o resultado das escolhas contabilísticas dos gestores, de forma a obterem ganhos para si próprios ou para as respetivas empresas.

A manipulação de resultados é possível porque os pressupostos e os normativos contabilísticos assim o permitem, dando flexibilidade aos gestores para atingirem um determinado objetivo (Sá, 2014). Segundo a autora, esta manipulação pode ser entendida como uma estratégia de gerir a informação contabilística por via da discricionariedade na aplicação dos pressupostos contabilísticos, pois os gestores usarão a flexibilidade acessível nas normas contabilísticas para alcançarem os objetivos pretendidos.

Segundo Guay, Kothari e Watts (1996), a flexibilidade das normas contabilísticas é uma forma de influenciar a informação contabilística, levando o gestor a ter dois tipos de procedimentos. Por um lado, pode escolher a solução que ofereça uma informação mais credível; por outro lado, pode agir para que as suas escolhas lhe permitam atingir um determinado objetivo. Do ponto de vista contabilístico, a manipulação dos resultados é vista como uma violação dos pressupostos contabilísticos, pois a relevância, a fiabilidade, a credibilidade, e até a qualidade da informação é posta em causa (Carmo et al., 2010).

A literatura tem identificado diferentes formas para analisar a prática de manipulação de resultados. Segundo Cunha (2013), encontram-se os métodos baseados em análise de rácios e tendências, os métodos baseados em *accruals*, os métodos baseados em casos de violação de pressupostos contabilísticos e os métodos baseados na observação e análise da distribuição dos resultados apresentados. Seguidamente aborda-se o método baseado em *accruals*.

Accruals podem ser entendidos como a diferença temporal entre os efeitos económicos das transações e os fluxos de caixa correspondentes. Pode-se afirmar que não existem *accruals* quando uma receita for reconhecida em determinado período e o seu recebimento ocorrer ao longo desse período, pois verifica-se que não existe diferença entre o fluxo de caixa e o resultado contabilístico. No entanto, se o recebimento de uma determinada receita ocorrer num período futuro, já existe uma

diferença entre o fluxo de caixa e o resultado contabilístico, levando, assim, à existência de um *accrual* (Paulo, 2007).

A manipulação de resultados através dos *accruals* é aquela que mais interesse suscita aos gestores, pois permite fazer alterações nos lucros, aumentá-los para que os investidores se sintam motivados com o crescimento da empresa, ou diminuí-los para evitar uma grande distribuição das riquezas (Oliveira, Nogueira, Rocha, Alves & Carneiro, 2012). Os *cash flows* e os *accruals* são as componentes mais afetadas pela manipulação de resultados. No entanto, para os gestores efetuarem essa manipulação, a via mais fácil é através dos *accruals* (Martins, 2007).

Se se considerar a facilidade permitida pelas normas é possível criar oportunidades onde se proceda à manipulação dos resultados, daí que os *accruals* totais se subdividam em *accruals* não discricionários e *accruals* discricionários, resultando estes últimos do comportamento de manipulação do gestor (Ferreira, 2011). Também Oliveira et al. (2012) afirmam que podem existir dois tipos de *accruals*: i) *accruals* discricionários que têm como único objetivo a manipulação da informação contabilística e ii) *accruals* não discricionários que são intrínsecos à atividade das empresas. Por sua vez, os *accruals* normais ou não discricionários são obtidos através dos valores ajustados a um determinado modelo, enquanto os *accruals* anormais ou discricionários dizem respeito aos resíduos desse modelo (Carmo, 2013).

Ao estimar os *accruals* discricionários, *proxy* para a identificação de manipulação de resultados, é possível verificar se existe uma relação entre estes e os fatores que afetam o comportamento da informação contabilística (Paulo, 2007). De forma a atingir os seus objetivos e interesses, as empresas manipulam a informação contabilística através dos *accruals*, pois estes afetam diretamente o balanço patrimonial, influenciando a avaliação da empresa, de modo a atrair os investidores ou pode, também, ser utilizado para que as empresas endividadas continuem a ter acesso a financiamento (Oliveira et al., 2012).

O modelo de Jones (1991) é um dos modelos mais utilizados para detetar os *accruals* discricionários (e.g. Carmo, 2013; Cunha, 2013; Dechow et al., 2010; Martins, 2007; Oliveira et al., 2012; Schipper, 1989). Na presente dissertação será utilizado o modelo de Jones (1991). Este modelo estima os *accruals* discricionários a partir da consideração de variáveis económicas que explicam o nível de *accruals* totais: a variação do volume de negócios, que refletirá a atividade corrente da empresa e procura explicar componentes dos *accruals* como as variações resultantes das dívidas de clientes, das existências e dos créditos de fornecedores; o ativo fixo tangível, que procura explicar as amortizações e depreciações constantes dos *accruals* (Carmo, 2013).

2.3. Certificação de Qualidade versus Qualidade da Informação Financeira

Nas organizações que são certificadas, sendo alvo de um maior rigor a nível de processos administrativos e de controlo organizacional, é também expectável que a sua QIF seja baseada no respeito integral do normativo contabilístico, de modo a que a informação financeira produzida seja de elevada qualidade e útil para todos os utentes, quer internos quer externos.

Anteriormente referiu-se que existe uma relação entre o facto de as empresas possuírem CQ com o setor de atividade em que se inserem, assim como a sua localização por zona e em função da sua dimensão (e.g. Lisboa & Augusto, 2003; Lopes & Saraiva, 2009; Morais, 2014; Ribeiro, 2006 e 2007).

Os estudos de Lopes e Saraiva (2009) e de Morais (2014) verificaram que as empresas que possuem CQ têm tendência a estar localizadas nas zonas norte e centro. No entanto, é na zona centro que se encontra o maior número de empresas certificadas. Lopes e Saraiva (2009) também verificaram que as zonas relativas às ilhas possuem uma elevada fração de entidades certificadas em comparação com a dimensão do território continental e que a zona sul detém um baixo número de empresas certificadas.

A relação entre a CQ e o setor de atividade em que a empresa se insere foi estudada por Ribeiro (2006; 2007) que verificou que as empresas que são certificadas tendem a pertencer ao setor secundário. No entanto, verifica-se que para os setores secundário e terciário, a dimensão da empresa exerce um efeito significativamente positivo.

Em função da literatura apresentada, é expectável que exista uma relação positiva entre a CQ e a QIF, ou seja, as empresas com CQ, segundo a norma ISO 9001, tendem a apresentar melhor QIF que as empresas sem CQ.

3. METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo analisar se as empresas que têm implementado um SGQ e certificadas segundo a norma ISO 9001, apresentam também uma boa QIF. De forma a conseguir dar resposta a este objetivo, é necessário identificar outras variáveis que possam influenciar a obtenção da CQ e que também podem influenciar a QIF.

Para além das variáveis apresentadas na literatura, pretende-se analisar também se a Forma Jurídica (FJ) de uma empresa, assim como se a atividade de Importação e Exportação (IMP_EXP) influenciam a empresa a possuir ou não CQ. No entanto, as variáveis Distrito e CAE (Rev. 3 Principal) sofreram alterações, definindo-se novas variáveis *dummy*, como se descreve de seguida.

A variável Distrito foi separada em quatro variáveis distintas que são: Zona Norte (ZN), Zona Centro (ZC), Zona Sul (ZS) e Zona Ilhas (ZI), agregando os distritos através da zona onde se encontram inseridos. Em relação ao CAE (Rev. 3 Principal) considerou-se três variáveis distintas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, pertencentes aos principais setores de atividade: Setor Primário (S1), Setor Secundário (S2) e Setor Terciários (S3).

A CQ surge como variável dependente e pretende-se estudar se as restantes variáveis influenciam ou não a CQ de uma determinada empresa. A QIF, principal variável independente, é calculada através do modelo de Jones (1991), apresentado a seguir.

Em síntese, consideraram-se as seguintes variáveis *dummy* que podem influenciar o facto de uma empresa possuir ou não CQ e que são: FJ – identifica a forma jurídica da empresa; ii) IMP_EXP – identifica se a empresa têm atividade de importação e/ou exportação; iii) ROC – se a empresa possui ROC; iv) DN – localização da empresa na zona norte; v) DC – localização da empresa na zona centro; vi) DS – localização da empresa na zona sul; vii) DI – localização da empresa nas ilhas; viii) S1 – CAE pertencente ao setor primário; ix) S2 – CAE pertencente ao setor secundário; x) S3 – CAE pertencente ao setor terciário. Estas variáveis são obtidas diretamente pela base de dados SABI.

Posto isto, para dar resposta ao principal objetivo do estudo relembra-se a hipótese de investigação:

H1: *Empresas com CQ, segundo a norma ISO 9001, possuem melhor QIF que as empresas sem CQ.*

4. RESULTADOS EMPÍRICOS

4.1. *Caraterização da amostra*

Os dados foram recolhidos da base de dados Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI) e da base de dados fornecida pela empresa Cempalavras que disponibiliza informação sobre as empresas que possuem sistemas certificados.

Após a fusão das empresas certificadas com as empresas que em 2013 possuíam um Volume de Negócios igual ou superior a 1 milhão de euros, obteve-se uma amostra de 35.417 empresas portuguesas para o período compreendido entre 2008 e 2013, com 98.480 observações, que correspondem a 95.189 observações de empresas sem CQ e a 3.291 observações de empresas com CQ (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização da Amostra por Ano

Ano	Número de observações c/CQ		Número de observações s/CQ	
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
2008	0	0	12.914	13,2
2009	0	0	14.128	14,3
2010	703	0,7	14.198	14,4
2011	818	0,8	16.933	17,2
2012	892	0,9	18.109	18,4
2013	878	0,9	18.907	19,2
Total	3.291	3,3	95.189	96,7

Como referido anteriormente e pela leitura da Tabela 1, observa-se que existe um total de 98.480 observações empresas-ano na amostra, em que 95.189 observações não possuem CQ (s/CQ), o que representa 96,7% da totalidade da amostra recolhida e 3.291 empresas apresentam CQ (c/CQ), o que representa 3,3%.

De acordo com os dados da Tabela 1 verifica-se também que nos anos de 2008 e 2009 não existiam observações de empresas que possuam CQ. No entanto, é possível observar que o número de empresas com CQ foi aumentando nos anos seguintes à exceção do ano 2013 que diminuiu ligeiramente. O número de empresas sem CQ é muito elevado face ao número de empresas que têm CQ, verificando-se que aumentou todos os anos. No ano 2013 existiam 18.907 observações sem CQ, o que representa 19,2% enquanto que existiam 878 empresas com CQ, o que representa apenas 0,9%.

De forma a obter uma melhor caracterização da amostra, calcularam-se as estatísticas descritivas das variáveis através das medidas de tendência central como a média e a mediana (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Medidas de Tendência Central

Variáveis	Média±Desvio padrão		Δ Média	Estatística teste	P-value (p)	Mediana	
	c/CQ	s/CQ				c/CQ	s/CQ
QIF	-0,108±0,408	-0,148±0,851	0,040	$t = -5,185$	<0,001	-0,064	-0,078
DIM	16,038±1,423	14,892±1,346	1,145	$t = 45,477$	<0,001	15,860	14,698

QIF – Qualidade da informação financeira; DIM – Dimensão da empresa.

Pela análise da Tabela 2 verifica-se que, em média, as empresas que têm CQ apresentam um valor mais elevado de QIF (-0,108 para empresas com CQ *versus* -0,148 para empresas sem CQ), o mesmo se verifica na mediana, ou seja, empresas com CQ apresentam uma QIF mais elevada que as empresas sem CQ. Isto vai de encontro à hipótese de investigação, pois a QIF será tanto melhor quando mais próximo se encontrar de zero. No entanto, verifica-se que, em média, a DIM das empresas com CQ é mais elevada (16,038 para empresas com CQ *versus* 14,892 para empresas sem CQ), o que se comprova também através da análise à mediana que empresas com CQ tem tendência a ter maior DIM do que as empresas sem CQ.

Por aplicação do teste paramétrico t para grupos independentes conclui-se, a um nível de significância de 1%, que as diferenças observadas são estatisticamente significativas. Pode-se afirmar, por um lado, que as empresas com CQ têm valor médio de QIF significativamente mais elevado (média QIF c/CQ – média QIF s/CQ = 0,04) que as empresas sem CQ. Por outro lado, as empresas com CQ têm dimensão significativamente mais elevada que as empresas sem CQ.

4.2. Estimação dos Accruals Discricionários

O tratamento de dados foi efetuado através da estatística descritiva analítica e inferencial, utilizando testes paramétricos e não paramétricos, bem como modelos de regressões *logit*.

Os *accruals* discricionários são obtidos através do modelo de Jones (1991) e correspondem aos resíduos de estimação do modelo:

$$TAC_{it} = \beta_0 + \beta_1 INV_{it} + \beta_2 \Delta PROV_{it} + \beta_3 AFIX_{it} + \varepsilon_{it} \quad [1]$$

em que,

TAC_{it} – *Accruals* totais da empresa i no ano t ;

INV_{it} – Inverso do ativo total da empresa i no final do ano $t-1$;

$\Delta PROV_{it}$ – Variação das vendas e prestação de serviços da empresa i entre o ano t e $t-1$;

$AFIX_{it}$ – Ativo fixo da empresa i no ano t ;

ε_{it} – Erro de estimação que obedece às hipóteses clássicas dos modelos estimados por *Ordinary Least Squares* (OLS).

Através do modelo [1], cuja regressão se faz por ano e CAE, obtém-se o valor dos TAC_{it} que origina a variável independente (QIF) que se pretende relacionar com a CQ. A QIF é obtida pelo valor absoluto dos DAC_{it} (que correspondem ao erros de estimação) e posteriormente multiplicada por menos 1 (um), pois pretende-se analisar a existência de uma relação positiva entre a existência de CQ e a QIF. O valor da QIF, será tanto melhor quando mais próximo estiver de zero (Carmo, 2013). Na Tabela 3 apresentam-se os coeficientes médios da estimação do modelo de Jones (1991).

Tabela 3 – Estimação do *Accruals* Discricionários

Variáveis independentes	Coeficiente	P-value (teste t)
Constante	-0,542	<0,001
INV	1377647,181	<0,001
$\Delta PROV$	-4,699	<0,001
AFIX	-0,052	<0,001
Variáveis		
R^2	0,077	
R^2 ajustado	0,077	
Teste F	2730,34	<0,001
Teste Durbin –Watson	1,997	
Ausência de multicolinearidade	VIF <1,2	
Teste KS	120,82	<0,001

TAC – *Accruals* totais da empresa i no ano t ; INV – Inverso do ativo total da empresa i no final do ano $t-1$; $\Delta PROV$ – Variação das vendas e prestação de serviços da empresa i entre o ano t e $t-1$; AFIX – Ativo fixo da empresa i no ano t ;

Pela análise da Tabela 3, de acordo com o resultado do teste Anova (F), verifica-se que o modelo estimado é globalmente significativo ($p < 0,001$), assim como o coeficiente de determinação é significativamente não nulo, embora seja muito fraco. Apenas 7,7% da variação média de TAC é explicada pelo modelo estimado. Conclui-se que mantendo constante a $\Delta PROV$ e AFIX a variação de uma unidade em INV induz a variação média, no mesmo sentido de $\pm 5,159^{10}$ unidades em TAC. Assim, mantendo constante INV e AFIX, a variação de uma unidade PROV induz a variação média, em sentido contrário, de 4,699 unidade em TAC e mantendo constante INV e $\Delta PROV$ a variação de uma unidade em AFIX induz a variação média, em sentido contrário, de

0,052 unidades em TAC. De salientar que pela aplicação do teste *t* os coeficientes das variáveis independentes estimados são significativamente não nulos.

Relativamente aos pressupostos de validação do modelo estimado verificou-se que a ausência de multicolinearidade está garantida uma vez que os valores de VIF (valores de inflacionamento da variância) são inferiores a 10, assim como a ausência de autocorrelação dos resíduos, pois o valor de Durbin Watson obtido (1,997) é superior ao limite obtido para o modelo. Contudo, não se verifica a condição de normalidade dos resíduos (teste KS), mas esta violação em nada afeta as propriedades dos estimadores obtidos para os coeficientes (Oliveira et al., 2011).

4.3. Certificação de Qualidade e Qualidade da Informação Financeira

Como modelo global para testar a hipótese de investigação, isto é, a relação entre a CQ da empresa e a sua QIF, utilizar-se-á um modelo *logit*. O modelo *logit* consiste numa técnica uni e multivariada que permite estimar a probabilidade de ocorrência, ou não, de um acontecimento através da previsão de um resultado binário dependente, a partir de um conjunto de variáveis independentes (Marôco, 2011).

Neste caso, o modelo tem como variável dependente a variável binária CQ, que assume o valor 1 se a empresa possui CQ; o valor 0 caso contrário. O modelo tem como principal variável explicativa a QIF, que corresponde aos *accruals* discricionários, os quais são obtidos através dos resíduos de estimação do modelo [1] para cada empresa-ano.

Assim sendo, pretende-se estimar o modelo:

$$CQ_{it} = \beta_0 + \beta_1 QIF_{it} + \beta_2 DIM_{it} + \beta_3 FJ_{it} + \beta_4 IMP_EXP_{it} + \beta_5 ROC_{it} + \beta_6 ZN_{it} + \beta_7 ZC_{it} + \beta_8 ZS_{it} + \beta_9 ZI_{it} + \beta_{10} S1_{it} + \beta_{11} S2_{it} + \beta_{12} S3_{it} + \varepsilon_{it} \quad [2]$$

em que,

CQ_{it} – Certificação de qualidade da empresa *i* no ano *t*, que representa a variável dependente, que é uma variável binária, isto é, assume o valor 1 se a empresa possui CQ e o valor 0 caso a empresa não possua CQ;

QIF_{it} – Qualidade da informação financeira da empresa *i* no ano *t*, obtida através dos *accruals* discricionários, os quais correspondem aos resíduos da estimação do modelo de Jones (1991), e quanto mais próximo este valor estiver de zero melhor. Face ao que se referiu na revisão da literatura e ao que se pretende testar, espera-se que o coeficiente β_1 seja positivo;

DIM_{it} – Dimensão da empresa *i* entre o ano *t*, calculada pelo logaritmo do total do ativo. Admite-se que empresas de maior dimensão sejam mais propícias a possuir CQ, daí que se espera que o coeficiente β_2 seja positivo;

FJ_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a forma jurídica da empresa é uma Sociedade Anónima, o valor 0 se a forma jurídica da empresa é uma Sociedade por Quotas (SQ), assim o coeficiente β_3 é indeterminado;

IMP_EXP_{it} – Variável *dummy* que toma o valor 1 se a empresa *i* tem atividade de importação e/ou exportação no ano *t* e o valor 0 caso contrário. Assim, espera-se que o coeficiente β_4 seja positivo pois empresas que possuam esta atividade têm tendência a ser certificadas;

ROC_{it} – Variável *dummy* que controla se as contas da empresa *i* no ano *t* foram auditadas, assumindo o valor 1 em caso afirmativo, 0 nos restantes casos. Assim, espera-se que o coeficiente β_5 seja positivo;

ZN_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa *i* no ano *t* está localizada na zona norte do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim, o coeficiente β_6 é positivo;

- ZC_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t está localizada na zona cento do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim, o coeficiente β_7 é positivo;
- ZS_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t está localizada na zona sul do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim o coeficiente β_8 é indeterminado;
- ZI_{it} – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t está localizada na zona ilhas do país e o valor 0 caso esteja localizada em qualquer outra zona. Assim, o coeficiente β_9 é indeterminado;
- $S1_{it}$ – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t pertence ao setor de atividade primário e o valor 0 caso não pertença. Assim, o coeficiente β_{10} é indeterminado;
- $S2_{it}$ – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t pertence ao setor de atividade secundário e o valor 0 caso não pertença. Assim o coeficiente β_{11} é positivo;
- $S3_{it}$ – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa i no ano t pertence ao setor de atividade terciário e o valor 0 caso não pertença. Assim o coeficiente β_{12} é indeterminado;
- ε_{it} – Erro de estimação que obedece às hipóteses clássicas dos modelos estimados por Ordinary Least Squares (OLS).

Em conclusão, cada coeficiente representa a variação do *logit* da variável dependente associada a uma unidade de variação na variável independente que lhe está associada, mantendo tudo o resto constante.

O r de *Pearson* é utilizado para testar a relação entre as variáveis, pois neste teste não se exige que a distribuição seja normal e o coeficiente de correlação não é sensível à assimetria de distribuição nem à presença de *outliers*. O seu sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa e o valor da variável indica a intensidade da correlação. Quanto mais próximo estiver dos valores extremos (1 e -1), maior é a associação linear (Marôco, 2011).

Na Tabela 4 apresentam-se os coeficientes de correlação de *Pearson* para medir a intensidade da associação entre as variáveis do modelo.

Tabela 4 – Coeficientes de Correlação de *Pearson*

	CQ	QIF	DIM	FJ	IMP_EXP	ROC	ZN	ZC	ZS	ZI	S1	S2	S3
CQ	1	0,008**	0,151**	0,136**	0,079**	0,110**	0,012**	0,012**	-0,021**	-0,022**	-0,019**	0,022**	-0,015**
QIF		1	0,020**	-0,005	0,016**	0,003	0,017**	-0,020**	0,003	0,006	0,006	0,063**	-0,068**
DIM			1	0,525**	0,121**	0,552**	-0,053**	0,044**	-0,025**	0,058**	0,010**	-0,070**	0,069**
FJ				1	0,080**	0,598**	-0,032**	0,046**	-0,023**	-0,001	-0,002	-0,111**	0,117**
IMP_EXP					1	0,108**	0,111**	0,002	-0,076**	-0,130**	-0,046**	0,183**	-0,173**
ROC						1	-0,034**	0,039**	-0,025**	0,026**	-0,023**	-0,072**	0,084**
ZN							1	-0,676**	-0,276**	-0,134**	-0,060**	0,105**	-0,086**
ZC								1	-0,419**	-0,204**	-0,022**	-0,060**	0,071**
ZS									1	-0,083**	0,109**	-0,025**	-0,017**
ZI										1	0,000	-0,049**	0,051**
S1											1	-0,300*	-0,084**
S2												1	-0,925**
S3													1

CQ – Certificação de Qualidade; QIF – Qualidade da Informação Financeira; DIM – Dimensão; FJ – Forma Jurídica; IMP_EXP – Importação e/ou Exportação; ROC – Revisor Oficial de Contas; ZN – Zona Norte; ZC – Zona Centro, ZS – Zona Sul; ZI – Zona Ilhas; S1 – Setor Primário; S2 – Setor Secundário; S3 – Setor Terciário.
** - A correlação é estatisticamente significativa a um nível de significância inferior a 0,01; * - A correlação é estatisticamente significativa a um nível de significância inferior a 0,05.

Da análise aos valores da Tabela 4, verifica-se que o grau de concordância dos coeficientes de correlação de *Pearson* se relaciona, na sua maioria, moderadamente, com especial atenção para a correlação, apesar de fraca, ente a CQ e a QIF ($r_{Pearson} = 0,008$; $p < 0,01$). O que significa que com 99% de confiança se pode afirmar que existe uma correlação positiva entre a CQ e a QIF, o que está em conformidade com as expectativas formuladas na hipótese de investigação, de que empresas certificadas possuem melhor QIF.

Em relação à correlação entre a CQ e as variáveis DIM, FJ, IMP_EXP e ROC também se verifica, com 99% de confiança, que existe uma correlação positiva entre elas, o que também vai de encontro ao esperado, ou seja, que estas variáveis influenciam positivamente as empresas que possuem CQ. Relativamente à localização da empresa por zona, verifica-se que existe uma correlação positiva entre a CQ e a ZN e a ZC, e uma correlação negativa entre a CQ e a ZS e a ZI, como já se verificou nos testes anteriores, que empresas com CQ tendem a estar localizadas nas ZN e ZC. Em relação ao setor de atividade, verifica-se que existe uma correlação positiva entre a CQ e o S2 e uma correlação negativa entre a CQ e o S1 e o S3, o que seria esperado, pois as empresas que possuem CQ tendem a estar inseridas no setor secundário.

Os resultados obtidos vão, na sua maioria de encontro aos estudos supramencionados, existe uma relação entre a CQ e a ZN e ZC, assim como entre a CQ e o S2 e entre a CQ e o ROC (Lopes & Saraiva, 2009; Morais, 2014; Ribeiro, 2006 e 2007; Moreira, 2012). No entanto, verifica-se que a DIM tem um efeito contrário aos estudos mencionados, pois nestes verificou-se que não existia uma relação entre a DIM e CQ ou o desempenho da empresa (Lisboa & Augusto, 2003; Ribeiro, 2006 e 2007).

No que concerne à correlação da variável QIF, também se verifica, com 99% de confiança, que existe uma correlação positiva entre a QIF e as variáveis DIM, IMP_EXP, ZN, ZC, S2, S3. O que seria expectável, pois as empresas de maior DIM ou que possuem atividade de IMP_EXP têm tendência a apresentar uma QIF melhor.

Seguidamente, apresentam-se os coeficientes de estimação do modelo anteriormente apresentado, ou seja, o modelo produzido pela expressão [2] que pressupõe uma relação entre a variável CQ e as variáveis independentes, com especial atenção para a QIF. Na Tabela 5 apresenta-se a informação resumida sobre as variáveis do modelo estimado, assim como os seus testes inerentes para revelar a sua qualidade.

Tabela 5 – Certificação de Qualidade Versus Qualidade da Informação Financeira

Variáveis	B	P-value (teste Wald)	Exp (B)
Constante (CQ)	-10,850	<0,001	0,000
QIF	0,214	0,033	1,238
DIM	0,320	<0,001	1,377
FJ (SQ vs SA)	0,879	<0,001	2,409
IMP_EXP (Sim vs não)	0,669	<0,001	1,952
ROC (Sim vs não)	0,211	<0,001	1,235
Zona1 (ZN vs ZI)	0,884	<0,001	2,420
Zona2 (ZC vs ZI)	0,803	<0,001	2,231
Zona3 (ZS vs ZI)	0,585	<0,001	1,795
Setor1 (S2 vs S1)	0,913	<0,010	2,492
Setor2 (S3 vs S1)	0,611	<0,001	1,842
Variáveis			
Rácio Verosimilhanças	2990,800	<0,001	
-2 Log Likelihood	25849,833	0,999	
Cox & Snell R Square	0,030		
Nagelkerke R Square	0,118		
Casos corretamente classificados	96,7%		

CQ – Certificação de Qualidade; QIF – Qualidade da Informação Financeira; DIM – Dimensão; FJ – Forma Jurídica; IMP_EXP – Importação e/ou Exportação; ROC – Revisor Oficial de Contas;

$$P(Y_1 = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(-10,239 - 0,214QIF + 0,32DIM + 0,879FJ + 0,669IMP_EXP + 0,211ROC + 0,884ZN + 0,803ZC + 0,585ZS + 0,913S1 + 0,611S2)}}$$

[3]

Na Tabela 5 apresenta-se a compilação dos resultados dos testes das regressões efetuadas sobre as variáveis do modelo estimado, assim como os resultados dos testes dos rácios de verosimilhanças e os respetivos coeficientes de determinação.

O modelo é estatisticamente significativo, pois pelo teste do rácio de verosimilhança conclui-se que pelo menos uma variável independente influencia a probabilidade em estudo. A qualidade do ajustamento é verificada segundo Marôco (2003), pois não se rejeita a hipótese nula de que o modelo se ajusta aos dados, pois a estatística de teste é *-2 Log Likelihood* com distribuição χ^2_{98469} ; $p = 1 - \text{dist.chi}(25849,833; 98469)$.

A percentagem de casos corretamente classificados é de 96,7%, o que pressupõe um indicador favorável ao modelo estimado. A regressão logística estimada revelou que todas as variáveis independentes apresentam um efeito estatisticamente significativo sobre a probabilidade de uma empresa ter CQ.

A probabilidade de uma empresa ter CQ aumenta com o aumento da QIF (a variação de 1 unidade na QIF induz a uma variação média de 23,8% na probabilidade de uma empresa ter CQ). Por sua vez, a probabilidade de uma empresa ter CQ aumenta com o aumento da DIM da mesma (a variação de 1 unidade na DIM de uma empresa induz a variação média de 37,7% na probabilidade de uma empresa ter CQ).

Para empresas com idêntica QIF e DIM e restantes variáveis (FJ, IMP_EXP, ROC, ZN, ZC, ZS, S1 e S2), as chances de uma empresa que seja uma sociedade por quotas ter CQ é de 2,409 vezes superior às chances de uma empresa que seja sociedade anónima. Em relação à atividade de importação e/ou exportação, as chances de uma empresa possuir esta atividade e ter CQ é de cerca de 1,952 vezes superior às chances de uma empresa que não tenha esta atividade. As chances de uma empresa ter ROC e CQ é de cerca 1,235 vezes superior às chances de uma empresa não possuir ROC.

Relativamente à zona, verifica-se que uma empresa que tenha a sua localização na ZN tem cerca de 2,42 vezes mais chances de ter CQ de que uma empresa que seja localizada na ZI. Analogamente, uma empresa sediada nas ZC e ZS tem cerca de 2,23 e 1,795 vezes mais chances, respetivamente, de ter CQ do que uma empresa sediada na ZI. Em relação ao setor de atividade, verifica-se que as empresas que pertencem ao S2 e S3 apresentam maiores chances de ter CQ comparativamente a uma empresa que pertença ao S1. Sendo empresa do S2 as chances de ter CQ são cerca de 2,492 vezes superiores a empresas do S1. As chances das empresas do S3 terem CQ são cerca de 1,842 vezes superiores a empresas do S1.

Em conclusão, pode-se afirmar que a probabilidade de CQ de uma empresa é influenciada positivamente pela QIF, validando-se a hipótese de investigação

5. CONCLUSÕES

O presente estudo tinha como objetivo analisar se as empresas que têm implementado um SGQ e certificadas segundo a norma ISO 9001, apresentam também uma boa QIF. Neste sentido, pretendeu-se testar a expectável relação positiva entre a CQ de uma empresa e a sua QIF.

Para a realização do estudo, identificaram-se as empresas que possuíam certificação do SGQ, segundo a norma ISO 9001, enquanto a QIF foi aferida utilizando como *proxy* os *accruals* discricionários. A amostra iniciou-se com 35.417 empresas portuguesas para o período compreendido entre 2008 e 2013, disponíveis na base de dados SABI. Utilizou-se um modelo *logit* para testar a relação pretendida, tendo como variável dependente a variável binária relativa à CQ e como principal variável explicativa a QIF.

Com base nos resultados obtidos foi possível verificar a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre CQ das empresas e a sua QIF, validando-se a hipótese de investigação. Comprova-se, também, que a CQ é influenciada positivamente pelas outras variáveis, isto é, com a DIM, o facto de ser uma sociedade por quotas, possuir ROC, ter atividade de importação e/ou exportação, estar localizada na ZN e/ou ZC e pertencer ao S2. Estas conclusões vão de encontro aos estudos apresentados na revisão de literatura, à exceção da DIM, que nos estudos não foi encontrada uma relação entre esta variável com a CQ ou o desempenho da empresa.

Os resultados do presente estudo são importantes para a comunidade científica, os gestores de empresas e os diferentes utentes da informação financeira das empresas. Este estudo é de elevado interesse porque, tanto quanto se conhece, é o primeiro estudo a relacionar a CQ com a QIF.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, P. (2012). *Análise Crítica ao Processo de Auditoria da Qualidade*. Dissertação de Mestrado em Auditoria. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Portugal.
- Carmo, C. (2013). *Custo do Financiamento Bancário e Qualidade da Informação Financeira*. Tese de Doutoramento em Contabilidade. Aveiro: Universidade de Aveiro. Portugal.
- Carmo, C., Moreira, J., & Miranda, M. (2010) *A Qualidade dos Accruals e o Custo do Financiamento nas Empresas Portuguesas uma Análise por Grupos de Dimensão*. Acedido a 5 de fevereiro de 2015, em: http://www.aeca1.org/xivencuentroaeca/cd/pedro_e_ines_II.htm.
- Chalayer, S. (1994). *Identification et Motivations des Pratiques de Lissage des Résultats Comptables des Entreprises Françaises Cotées en Bourse*. Tese de Doutoramento em Ciências de Gestão. Lyon: Universidade de Saint-Etienne. França.
- Costa, A. (2008). *A Auditoria Interna nos Municípios Portugueses*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Portugal.

- Cunha, M. (2013). Métodos Empíricos para Detetar Práticas de Manipulação de Resultados. *Revisores e Auditores*, 63, 14-23.
- Dalmácio, F., & Paulo, F. (2004). A Evidenciação Contábil: Publicação de Aspetos Sócio-Ambientais e Económico-Financeiros nas Demonstrações Contábeis.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding *Earnings* Quality: A Review of the Proxies, their Determinants and their Consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 344-401.
- Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro. Diário da República nº 219 - I Série. Ministério das Finanças. Lisboa.
- Ferreira, A. (2011). *Motivações do Gestor e Instrumentos Contabilísticos Utilizados na Gestão dos Resultados: O Caso das Autarquias Locais*. Tese de Doutoramento em Contabilidade. Aveiro: Universidade de Aveiro. Portugal.
- Guay, W., Kothari, S., & Watts, R. (1996). A Market-Based Evaluation of Discretionary *Accrual* Models. *Journal of Accounting Research*, 34, 83-105.
- Healy, P., & Wahlen, J. (1999). A Review of the *Earnings Management* Literature and Its Implications for Standard Setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383.
- International Organization for Standardization – ISO. (2015). Acedido a 23 de fevereiro de 2015, em <http://www.iso.org/iso/home.htm>.
- Jones, J. (1991). *Earnings Management* During Important Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2): 193-228.
- Lisboa, J., & Augusto, M. (2003). Dimensão e Rendibilidade: O Caso das Empresas da Indústria Transformadora Portuguesa. *Portuguese Journal of Management Studies*, 8(2), 131-143.
- Lopes, S., & Saraiva, M. (2009). Qualidade e Certificação: Aplicação Empírica numa Organização Certificada pela Norma ISO 9001, *TQM – Qualidade*, 0, 193-219.
- Lyra, I., & Moreira, R. (2001). Alisamento de Resultados nas Empresas Listados nos Níveis de Governanças Corporativa da Bovespa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 3(2), 78-93.
- Marôco, J. (2003). *Análise Estatística – Com o Utilização do SPSS*. (2.ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (5.ª Ed.). Pero Pinheiro: ReportNumber – Análise e Gestão de Informática.
- Martins, O. (2007). *O Endividamento Bancário e a Qualidade da Informação Financeira (III)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Portugal.
- Mendes, C., & Rodrigues, L. (2006). Estudo de Práticas de *Earnings Management* nas Empresas Portuguesas Cotadas em Bolsa: Identificação de Alisamento de Resultados e seus Fatores Explicativos. *Revista de Estudos Politécnicos*, 3(5/6), 145-173.
- Morais, L. (2014). *Guia de Empresas Certificadas* (9.ª Ed.). Lisboa: Cempalavras - Comunicação Empresarial, Lda.
- Norma Portuguesa ISO 9000:2005. (2005). *Sistemas de Gestão da Qualidade Fundamentos e Vocabulário*. (2.ª Ed.) Instituto Português da Qualidade. Caparica, Portugal.
- Norma Portuguesa ISO 9001:2008. (2008). *Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos*. (3.ª Ed.) Instituto Português da Qualidade. Caparica, Portugal.
- Oliveira, M., Santos, L., & Fortuna, N. (2011). *Econometria*. Lisboa: Escolar Editora.
- Oliveira, R., Nogueira, N., Rocha, N., Alves, M., & Carneiro, C. (2012). Abordagem dos *Accruals* em Pesquisas: Um Retrato da Literatura. *Comunicação apresentada no IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das Informações Contábeis: Uma Análise Teórica e Empírica sobre os Modelos Operacionais de Detecção de Gerenciamento de Resultados*. Tese de Doutoramento em Ciências Contabilísticas. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Brasil.

- Ribeiro, A. (2006). *Certificação da Qualidade e Desempenho Empresarial: Evidência Empírica para Portugal*. Dissertação de Mestrado em Economia. Braga: Universidade do Minho. Portugal.
- Ribeiro, A. (2007). Certificação da Qualidade e Desempenho Empresarial uma Análise por Quantis. *Revista de Estudos Politécnicos*, 5(8), 201-214.
- Sá, S. (2014). *Auditoria e Manipulação dos Resultados através das Imparidades em Dívidas a Receber de Clientes: Um Estudo para o Caso Português*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Portugal.
- Santos, M. (2004). *Qualidade* (1.ª Ed.). Lisboa: Companhia Própria – Formação e Consultoria, Lda.
- Schipper, K. (1989). Commentary on *Earnings Management*. *Accounting Horizons*, 4, 91-102.
- Dissertação de Mestrado em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações. Aveiro: Universidade de Aveiro. Portugal.